CIDADES DA REGIÃO NORTE

Bernardo de Serpa MARQUES *

Nos últimos anos tem sido atribuída a categoria de cidade e vila a inúmeras povoações. Trata-se, entre outros desígnios, de reconhecer o seu crescimento, quer em termos de alargamento da área urbanizada quer de aumento da respectiva população absoluta, o que nem sempre traduz um real e verdadeiro desenvolvimento. A legislação que serve de base a estas designações estabelece alguns parâmetros que, em meu entender, esquecem por completo o factor **qualidade**.

É inegável que as áreas urbanas têm tido nas últimas décadas um crescimento e uma expansão notáveis, que, contudo, nem sempre foram acompanhados da construção das respectivas infra-estruturas básicas. O problema agudiza-se quando se trata de espaços rurais de povoamento disperso que foram invadidos caoticamente pela construção urbanizante, antes do estabelecimento das actuais regras de ordenamento do território. No mundo de hoje não basta crescer; é imperioso conservar e melhorar a qualidade, especialmente a qualidade de vida.

Os títulos honoríficos devem traduzir factos qualitativamente significativos. Ora, os títulos de **cidade** e **vila** não são mais do que meras designações de grandeza, concedidos pelo poder político, baseados na dimensão, em certos casos talvez mal calculada, e na existência de alguns serviços que representam, sem dúvida, sinais de desenvolvimento, mas não contemplam critérios relacionados com o ordenamento da planta urbana, as condições ambientais e a qualidade de vida. Aliás, se há grande acumulação de população têm necessariamente de surgir esses serviços. O problema é saber se eles representam efectivo desenvolvimento ou apenas crescimento. Assim, essas designações funcionam, em muitos casos, apenas como meras benesses da classe política, uma vez que nada significam em termos administrativos funcionais.

O facto de uma povoação ser **vila** ou **cidade** não implica que ela tenha qualquer organização de tipo administrativo próprio e autónomo. Cito, a título de exemplo, o caso de Castêlo da Maia, lugar com grande significado histórico que foi sede do antigo concelho da Maia – as Terras da Maia – e do actual município da Maia até 1902. Esta vila tem o seu espaço urbano distribuído por três freguesias, cada uma das quais continua a administrar autonomamente a sua parte territorial. A geografia e a história conferiram-lhe uma unidade que as antiquíssimas divisões administrativas teimam em separar.

Em Portugal, existem neste momento 117 cidades e 480 vilas, entre as quais 11 cidades e 279 vilas não são sedes municipais. Em meu entender, às vilas e cidades deveria corresponder um estatuto socio-administrativo específico, que, pelo menos no das cidades, deveria coincidir com o efectivo exercício do poder municipal.

A cidade é um centro urbano de alguma grandeza que, independentemente da sua dimensão, ocupa um lugar hierárquico superior na rede de povoações que estruturam a vida e as activiades económico-sociais, culturais e políticas da área geográfica em que se integram. Deste pressuposto resultaria com maior propriedade a atribuição da

categoria de **cidade** a todas as sedes de município do que a alguns macrodormitórios das grandes conurbações urbanas.

Todavia, ao reconhecer que determinada povoação é, de facto, uma **cidade**, temos de admitir que a respectiva população está apta a gerir os seus destinos a nível local. Por isso, a primeira afirmação dessa realidade e a manifestação de uma verdadeira cidadania deveriam ser acompanhadas de uma efectiva autonomia local, traduzida na constituição do respectivo município. Numa época em que os políticos tanto falam da necessidade de aproximar o poder dos cidadãos, não faz sentido a criação de cidades que não sejam simultaneamente instituídas como municípios.

À festiva criação de tantas vilas e cidades deveria sobrepor-se uma criteriosa reflexão sobre os limites territoriais de muitas das nossas freguesias e concelhos, limites esses que remontam à era medieval e estão cada vez mais desajustados da realidade geográfica actual.

No Noroeste, de povoamento acentuadamente disperso, as confusões são muito grandes. É difícil determinar os limites reais de uma povoação. À volta dos núcleos principais espalha-se uma teia, mais ou menos densa, de construções habitacionais e fabris que, beneficiando da intensa rede de caminhos rurais mais ou menos melhorados, se insinua de forma muito descontínua e desorganizada no primitivo cadastro rural. Assim, muitas áreas urbanas foram crescendo por alargamento desordenado, albergando uma população predominantemente de feição urbana, inserida num fundo de povoamento rural disperso, tradicional sustentáculo de uma actividade económica que, embora ocupando um espaço que predomina em área, perde peso como sector activo da população residente.

Se, por um lado, se torna fácil contar a população existente dentro dos limites de qualquer município ou freguesia, o mesmo pode não suceder quanto à avaliação correcta da população de muitas povoações portuguesas - aldeias, vilas ou cidades – com contornos mal expressos na paisagem, especialmente em áreas de dispersão do povoamento.

O crescimento das povoações é um fenómeno vivo que não se circunscreve a extremas territoriais das circunscrições administrativas tradicionais. Os aglomerados populacionais crescem, alargam o seu território, abraçam e anexam outros mais pequenos, avançam sem qualquer embaraço para além dos limites administrativos. Consequentemente, na contabilização da respectiva população, para ser feita com rigor, tem que se ter em conta a definição dos respectivos limites e áreas de expansão que, a existirem com definição legal, constam dos planos directores municipais. Em muitos casos a povoação real é dividida e espartilhada por limites administrativos. Tenha-se presente o caso da verdadeira cidade de São João da Madeira, espartilhada pela fronteira municipal, que de há muito ultrapassou. A sua mancha urbana é muito mais extensa que a "cidade legal".

As diversas povoações, nomeadamente as cidades e vilas, apresentam características distintas, desde a extensão territorial e a respectiva população absoluta, a outras de carácter histórico, económico e social, nem sempre fáceis de traduzir quantitativamente. Por isso, tanto as comparações entre os diversos centros urbanos de um território qualquer como as tentativas de avaliar a evolução de cada um no tempo recorrem frequentemente aos valores da sua população absoluta.

Assim sendo, como proceder, à face dos dados disponíveis e publicados, para estabelecer a hierarquia de diversos centros urbanos, baseada na sua população absoluta?

Como se sabe, o Instituto Nacional de Estatística (INE) fornece os dados da distribuição territorial da população, segundo as respectivas circunscrições administrativas: freguesias e concelhos, agrupados tradicionalmente em distritos ou, mais recentemente, em divisões estatísticas designadas por **NUT**.

Simultaneamente, em alguns recenseamentos antigos (1911 e 1940) e regularmente nos mais recentes, desde 1960, essa instituição levou o apuramento dos dados a um nível de desagregação mais elementar e apresentou também a **população por lugares**. Porém, a experiência de manuseamento dos dados publicados e da sua interpretação espacial levaram-me a considerar que nem sempre o conceito de **lugar** terá sido entendido e aplicado da mesma maneira. Tive já ocasião de apresentar, noutros trabalhos, exemplos concretos da variação espacial e temporal do âmbito territorial atribuído a certos lugares.

Outra questão em aberto é o da terminologia adoptada. Os dados publicados amalgamam numa mesma designação – **lugar** – simples lugares rurais de poucas dezenas de habitantes, partes de povoações e povoações de qualquer dimensão incluindo as grandes cidades. Porto e Lisboa aparecem como lugares, tal como acontece com a Rua Dr. Adelino Príncipe (131 habitantes em 1991), uma das artérias da **cidade de Marco de Canaveses**, considerada como vários outros em separado, relativamente ao **lugar de Marco de Canaveses** (270 habitantes), ou ainda com a pequena povoação de Veral (78 habitantes) na freguesia de Fiães do Tâmega, concelho de Boticas.

É curioso salientar que a primeira tentativa de análise censitária da população com um nível de desagregação inferior ao da freguesia (1911) não utilizou o termo lugar; os seus organizadores preferiram especificamente considerar a **povoação** como elemento base da organização espacial do povoamento. E são as povoações, e não os lugares, que interessa contabilizar. Ou melhor, é imperioso separar os dois conceitos. Com a divisão das freguesias em secções e subsecções, procedimento adoptado no Censo de 1991, esta distinção torna-se exequível. A lista a publicar seria, assim, muito mais curta, sem prejuízo do conhecimento pormenorizado da dimensão dos lugares que compõem as diversas povoações através dos dados disponíveis não publicados.

Nas circunstâncias actuais, o utilizador directo da informação censitária, aquele que não está familiarizado com estes problemas e, sobretudo, pretende obter imediatamente dados finais, tem muita dificuldade em comparar valores obtidos segundo critérios que variaram no espaço e no tempo. É o caso, por exemplo, da população dos centros urbanos.

O estabelecimento de uma hierarquia populacional dos centros urbanos portugueses a partir dos recenseamentos da população é uma tarefa inglória. Há, pelo menos duas cidades (Trofa e Rio Tinto) e duas vilas (Vila Praia de Âncora e Carvalhos) cujo nome nem sequer é mencionado na lista dos lugares.

Quanto a Vila Praia de Âncora, o problema é muito fácil de resolver. A freguesia aparece, e muito bem, visto que se trata de um apuramento por lugares, subdividida nos diversos lugares que a constituem. Se tiver presente que esta vila foi criada com o âmbito territorial da freguesia (Lei 1616, de 1924), basta consultar o respectivo quadro para se ficar a saber que tinha 4020 habitantes em 1991.

Em Rio Tinto, o apuramento também foi feito por lugares. Porém, a área urbana estende-se, embora de forma heterogénea e irregular, por toda a freguesia. Assim, embora por razão distinta da de Vila Praia de Âncora, também a população pode ser considerada equivalente à da freguesia (40907 habitantes em 1991).

No caso de Carvalhos, a solução só é possível através de um trabalho de campo minucioso. A freguesia de Pedroso, no concelho de Vila Nova de Gaia, extensa e muito povoada, é constituída por várias povoações de razoável dimensão, de entre as quais se destaca a de Carvalhos, no extremo da freguesia. A esta povoação foi concedido o título de vila em 1988 e o mesmo aconteceu à sede da freguesia no ano seguinte. Por qualquer razão que não se entende, o censo de 1991 pôs de lado o habitual apuramento dos diversos lugares da freguesia para apresentar um único lugar, o de Pedroso, com uma população igual ao da totalidade da freguesia. Ao aprofundar o assunto, deparei com uma insólita realidade: tinha sido atribuída a designação de Pedroso, e o respectivo código numérico, a todas as subsecções da freguesia. Assim, o computador, que ainda não faz a interpretação geográfica do espaço, fundiu num único lugar as vilas de Carvalhos e Pedroso e os restantes lugares da freguesia. Neste caso apenas dispomos da população da freguesia. A sua divisão em povoações ou lugares foi escamoteada.

A Trofa é uma cidade que se estende por duas freguesias (São Martinho e Santiago de Bougado), em que a área urbana corresponde à quase totalidade das zonas construídas. O núcleo urbano principal situa-se na freguesia de São Martinho de Bougado, onde aparece com a designação de São Martinho, e alberga 98% da sua população. Em Santiago, são já referidos vários lugares dos quais os mais populosos também fazem parte do centro urbano. Por isso, a soma das populações das duas freguesias (17881 habitantes em 1991) deve aproximar-se, muito embora por excesso, da população real da cidade.

Muitos dos centros urbanos mencionados aparecem como lugar e não como povoação e, por isso, com valores de população muito inferior ao real. É o que acontece, por exemplo, com Marco de Canaveses e Valongo. A elaboração de uma lista hierárquica dos centros urbanos portugueses de acordo com a sua população carece, pois, de redobrados cuidados.

Para simplificar, a análise que se vai seguir, limitar-se-á às cidades da Região Norte. Nela está integrado o Noroeste, a mais característica área de povoamento disperso, aquela em que existem as maiores dificuldades em fazer uma leitura espacial das diferentes unidades de povoamento. Apoiada numa vasta teia de vias de circulação e caminhos rurais surge uma miríade de núcleos de povoamento, desde os simples casais aos povoados mais densos, que desafiam todas as tentativas teóricas de definir com exactidão os conceitos de **lugar**, **povoação** e **aglomerado populacional**.

Começarei por uma leitura directa e simples do Censo de 1991 (quadro 1). Neste quadro, apesar de se dispor já de resultados definitivos, utilizo os resultados dos apuramentos provisórios por serem os únicos que foram publicados a nível de lugar e, portanto, os que mais facilmente são manuseados pelo público. Nele se pode ver que, da leitura directa dos números publicados, resulta que a população das cidades do Norte de Portugal oscila entre os 310 637 habitantes do Porto e os de cidades aparentemente muito pequenas, como Valongo (620 habitantes) ou Marco de Canaveses (270 habitantes), o que é, no mínimo, um resultado bizarro.

Quadro 1 – Hierarquia das cidades da Região Norte em 1991
(segundo o apuramento por lugares)

	CIDADES	População do lugar 1991		CIDADES	População do lugar 1991
1	Porto	310637	21	Mirandela	8247
2	Braga	90535	22	Amarante	7639
3	Vila Nova de Gaia	67992	23	Vila Nova de Famalicão	7380
4	Guimarães	48164	24	Penafiel	6886
5	Matosinhos	29704	25	ERMESINDE	5617
6	Maia	24646	26	Peso da Régua	5424
7	Póvoa de Varzim	23538	27	Paredes	4775
8	Vila do Conde	21755	28	Barcelos	4664
9	Gondomar	20454	29	Esposende	2738
10	São João da Madeira	18262	30	Vizela	2736
11	Bragança	16554	31	Vila Nova de Foz Côa	2484
12	Vila Real	15480	32	Felgueiras	1797
13	Santo Tirso	12831	33	Miranda do Douro	1547
14	Espinho	12350	34	Paços de Ferreira	1514
15	Chaves	11994	35	LIXA	1170
16	Fafe	11514	36	Vale de Cambra	1149
17	Lamego	9511	37	Valongo	620
18	Oliveira de Azemeis	9283	38	Marco de Canaveses	270
19	Viana do Castelo	8779	39	RIO TINTO	--
20	Santa Maria da Feira	8420	40	TROFA	--

Fonte: INE, Censo de 1991

Ao analisar o significado espacial dos valores apresentados, constata-se que os diversos "lugares" considerados correspondem a vários tipos de situações.

1 – No Porto, a área urbana corresponde à totalidade do concelho: a população da cidade é, pois, igual à do município.

2 – Em Guimarães e Braga, como em muitas outras cidades antigas, a área urbana expandiu-se fortemente para fora das freguesias que formavam o seu núcleo tradicional. A execução do recenseamento teve em conta esta realidade. Em Guimarães, por exemplo, foi considerada uma área urbana distribuída por 20 freguesias, umas na totalidade, outras parcialmente (quadro 2). Procedimento idêntico foi seguido para Chaves e Vila Nova de Famalicão.

3 – Em Amarante, Bragança, Lamego, Lixa, Vila Real, Viana do Castelo e Vizela foram apenas consideradas, no todo ou em parte, as freguesias tradicionais. Em alguns casos ficaram esquecidas importantes áreas de expansão urbana para as freguesias limítrofes como, por exemplo, a parte da cidade de Amarante situada na freguesia de Telões.

4 – Na Maia, a cidade foi identificada com a totalidade das freguesias de Gueifães, Maia e Vermoim, tratamento este que me parece demasiado abrangente, pelo menos em confronto com o que foi dado à grande maioria das restantes povoações da região.

Quadro 2 – Distribuição por freguesias da população de Guimarães
(percentagem do total de cada freguesias)

Freguesias	População da Cidade	
	Habitantes	(%)
Guimarães – Oliveira do Castelo	3887	100
Guimarães – São Paio	2921	100
Guimarães – São Sebastião	2283	100
Candoso (Santiago)	1232	100
Creixomil	7088	100
Mascotelos	1096	100
Azurém	9471	97.54
Urgezes	4603	95.04
Costa	2570	90.94
Selho (São Jorge)	3640	87.14
São Martinho (Candoso)	1360	79.72
Selho (São Cristóvão)	1427	67.57
Fermentões	1814	55.49
Mesão Frio	1596	52.26
Polvoreira	1844	51.12
Pencelo	523	38.65
Silvares	402	17.03
Gondar	325	12.88
São Lourenço (Selho)	82	6.45
Aldão	0	0
TOTAL	48164	

Fonte: INE, Censo de 1991

5 – Para muitas outras cidades a área urbana foi identificada com a totalidade da freguesia do mesmo nome, o que nem sempre corresponde à realidade. Também aqui, há muitos casos de expansão para além dos limites administrativos.

6 – A solução apresentada para Barcelos em 1991, idêntica à anterior, parece muito redutora. Esta cidade ultrapassa em muito o território da freguesia de Barcelos e engloba também áreas que pertencem às suas limítrofes. Destaco apenas o importante bairro, relativamente central e bem integrado no tecido urbano em que se situa uma das escolas secundárias, que se localiza já em plena freguesia de Arcozelo. Este tratamento está em desacordo com o que lhe foi dado em recenseamentos anteriores (quadro 3). Já no de 1960 se considerava o "lugar" de Barcelos abrangendo várias freguesias.

7 – Em alguns casos, houve o cuidado de separar a população da cidade propriamente dita da da área rural da freguesia, como acontece com Mirandela, Oliveira de Azeméis, Paredes ou Penafiel.

Quadro 3 – O "lugar" / cidade de Barcelos nos últimos censos

Freguesia	1960	1970	1981	1991
Arcozelo	540	1636	5249	
Barcelinhos	1697	1186	1282	
Barcelos	5420	4084	3807	4371
Tamel – São Veríssimo	254			
Vila Boa	464		41	
Vila Frescaínha – São Martinho	644			
TOTAL	9019	6906	10379	4371

Fonte: INE

8 – Surgem também as freguesias em que foi feito um apuramento verdadeiramente por lugares. Nestes casos, a população apresentada pertence apenas ao núcleo central da cidade – ao lugar que lhe deu o nome. É o que acontece, entre outras, com Ermesinde, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Valongo. Daí os valores irrisórios atribuídos a Marco de Canaveses e Valongo (quadro 1). E o pior é que são estes números que depois aparecem citados em publicações de informação (!) geral.

9 – Ainda no que se refere às freguesias em que foi feito um verdadeiro apuramento por lugares, é necessário destacar o caso em que nenhum deles tem a mesma designação da povoação que os engloba. Nestes casos, essa povoação nem sequer consta da lista dos lugares. É o que acontece com os já citados exemplos de Vila Praia de Âncora e das cidades de Trofa e Rio Tinto.

As tipologias descritas podem ser observadas de uma forma sintética e global num quadro que resume a população atribuída no Censo de 1991 a cada "lugar"/cidade, o número de freguesias consideradas e a percentagem da população referida em relação ao total das freguesias (quadro 4).

A fim de estabelecer uma hierarquia mais conforme com a realidade, e usando apenas os dados publicados, seguirei o único processo possível: generalizar os procedimentos descritos em 4 e 5 e considerar a população global da freguesia ou freguesias que constituem a cidade (quadro 5). A seriação é bastante diferente e, se bem que peque por excesso, deve aproximar-se muito mais da realidade.

Para obter um resultado mais completo e fiável, seria necessário um trabalho de campo exaustivo, com identificação dos diversos lugares (ou subsecções das freguesias, em 1991) que compõem cada cidade e calcular o somatório das suas populações. Este processo, longo e demorado, apenas fácil em casos pontuais, não está ao alcance dos utilizadores generalistas.

Quadro 4 – Número de freguesias incluídas nas cidades da Região Norte (1991)
(Percentagem da população do "lugar"/cidade na totalidade das freguesias)

CIDADES / Lugares	População 1991	Freguesias consideradas			População do lugar %
		na totalidade	parcialmente	TOTAL	
Amarante	7639	2	1	3	93.35
Barcelos	4664	1		1	100
Bragança	90535	13	10	23	95.05
Braga	16554		2	2	97.58
Chaves	11994	2	4	6	78.21
ERMESINDE	5617		1	1	16.37
Espinho	12350	1		1	100
Esposende	2738	1		1	100
Fafe	11514	1		1	100
Felgueiras	1797		1	1	26.49
Gondomar	20454	1		1	100
Guimarães	48164	6	14	20	77.5
Lamego	9511	1	1	2	96.28
LIXA	1170		2	2	22.87
Maia	24646	3		3	100
Marco de Canavezes	270		1	1	9.63
Matosinhos	29704	1		1	100
Miranda do Douro	1547		1	1	82.51
Mirandela	8247		1	1	96.4
Oliveira de Azeméis	9283		1	1	95.26
Paços de Ferreira	1514		1	1	35.51
Paredes	4775		1	1	92.79
Penafiel	6886		1	1	92.62
Peso da Régua	5424	1		1	100
Porto	310637	15		15	100
Póvoa de Varzim	23538	1		1	100
RIO TINTO	— —				
Santa Maria da Feira	8420	1		1	100
Santo Tirso	12831		1	1	95.01
São João da Madeira	18262	1		1	100
TROFA	— —				
Vale de Cambra	1149		1	1	31.43
Valongo	620		1	1	4.75
Viana do Castelo	8779		2	2	57.33
Vila do Conde	21755	1		1	100
Vila Nova de Famalicão	7380	1	2	3	53.39
Vila Nova de Foz Côa	2484		1	1	86.37
Vila Nova de Gaia	67992	3		3	100
Vila Real	15480	3		3	100
Vizela	2736		2	2	29.64

Fonte: INE

A concluir, convém notar que nem sempre é possível utilizar os dados da população por lugares de uma forma directa e, muito menos, para estabelecer hierarquias populacionais, sem primeiro os submeter a uma análise criteriosa da respectiva realidade espacial. Se as disparidades são visíveis e, por vezes, gritantes no plano dos grandes centros urbanos, as complicações mais graves e imperceptíveis surgem geralmente ao nível das pequenas e médias povoações.

Torna-se, pois, desejável uma revisão da metodologia de apuramento de dados e a definição clara dos conceitos de *lugar*, *povoação* e *agregado populacional* que não podem ser identificados, pois traduzem três níveis distintos da hierarquia de centos populacionais.

Uma revisão cuidada da nomenclatura toponímica atribuída às diversas secções e subsecções da base cartográfica dos censos, tendo por objectivo definir mais criteriosamente as povoações, poderia contribuir em muito para um melhor aproveitamento, por parte dos utilizadores, do grande acervo de informação que os recenseamentos da população recolhem e para uma análise mais rigorosa da distribuição espacial da população.

Quadro 5 – Hierarquia das cidades da Região Norte em 1991
(segundo as freguesias que as constituem)

	CIDADES / Lugares	População do Lugar 1991	Freguesias nº	População total das freguesias
1	Porto	310637	15	302472
2	Braga	90535	23	91005
3	Vila Nova de Gaia	67992	3	68566
4	Guimarães	48164	20	61450
5	RIO TINTO	— —	1	40907
6	ERMESINDE	5617	1	34415
7	Matosinhos	29704	1	29798
8	Maia	25646	3	25885
9	Póvoa de Varzim	23538	1	23851
10	Gondomar	20454	1	20622
11	Vila do Conde	21755	1	19990
12	São João da Madeira	18262	1	18452
13	TROFA	— —	2	17881
14	Bragança	16554	2	16079
15	Viana do Castelo	8779	2	15562
16	Vila Real	15840	3	13809
17	Vila Nova de Famalicão	7380	3	13580
18	Valongo	620	1	13103
19	Santo Tirso	12831	1	12996
20	Espinho	12350	1	11888
21	Fafe	11514	1	11584
22	Chaves	11994	6	11453
23	Lamego	9511	2	10630
24	Oliveira de Azemeis	9283	1	9679
25	Vizela	9283	1	9679
26	Amarante	7639	3	8289
27	Santa Maria da Feira	8420	1	8231
28	Mirandela	8247	1	8189
29	Penafiel	6886	1	7446
30	Felgueiras	1797	1	6835
31	Marco de Canavezes	270	1	6641
32	Peso da Régua	5424	1	5249
33	Paredes	47745	1	5123
34	LIXA	1170	2	5097
35	Barcelos	4664	1	4371
36	Paços de Ferreira	1514	1	4320
37	Vale de Cambra	1149	1	3652
38	Vila Nova de Foz Côa	2484	1	2974
39	Esposende	2738	1	2789
40	Miranda do Douro	1547	1	1950

Fonte: INE